

Assembleia Municipal de Alcochete

Acta nº 3

Aos **vinte e nove dias do mês de Dezembro** do ano de **dois mil e cinco**, nesta Vila de Alcochete e salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas 20h30, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida por Miguel Boieiro, encontrando-se presentes os seguintes membros:

Francisco Vieira Pinheiro, José Luís Catalão, Joaquim Faria Pereira, Luís Almas Rodrigues, Maria das Mercês Borges, Olívia Silva, Fernando Estêvão Silva, Cristina Rodrigues Samouqueiro, Raquel Sofia Prazeres, João Carlos Marques, Jorge Veiga Cardoso, Isabel Maria Trindade, Paulo Vilhais de Sousa, Maria Manuel Maduro, Tiago Vacas Felgueira, Maria Manuel Maduro, Ana Cristina Pereira, Jorge Giro e Ana Maria Rodrigues, Estêvão das Neves Boieiro, António Joaquim Almeirim e Susana da Rosa de Almeida

Por parte do executivo camarário encontravam-se presentes, o Presidente da Câmara, Luís Franco e os vereadores António Luís Rodrigues, Paulo Alves Machado, José Luís Ferreira, Arnaldo Matias Teixeira e Rosália Maria Barbosa.

PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Alínea a)

Faltaram a esta sessão Ana Paula Zeferino da CDU que justificou por escrito a sua ausência e foi substituída por Paula Alexandra Pereira e Maria de Fátima de Jesus do PS, que também justificou a ausência por escrito.

António da Silva do PS fez o pedido de suspensão de mandato por um período de seis meses, o que foi aceite, pelo que foi substituído por Ana Cristina Moreira.

Faltou o vereador José Dias Inocência que justificou a falta por escrito.

Alínea b)

Foi distribuída aos Deputados Municipais a informação relativa ao expediente e à actividade do Presidente da Assembleia Municipal. (Doc.1)

Alínea c)

Foi posta à discussão a Acta da Assembleia Municipal de 11/12/2006.

José Luís Catalão sugeriu que em todas as Actas constasse, em nota de rodapé, a reunião a que respeita, a data e a página.

Foi aprovada a Acta nº2, com 22 votos a favor e 2 abstenções de Ana Cristina Moreira e Paula Alexandra.

Alínea d)

Intervieram os Deputados:

- Tiago Felgueira, (PS) solicitando ao Presidente da Câmara esclarecimento sobre a auditoria financeira e se já tinha sido contratada a empresa para a fazer.

- Luís Rodrigues, (PS) pediu a palavra, mas prescindiu, posteriormente. (*desnecessário*)
- Olívia Silva, (CDU) pedindo ao Presidente da Câmara que informasse a Assembleia Municipal, acerca do processo de desbloqueamento da obra da Biblioteca Municipal e dos custos inerentes ao atraso da mesma.
- Jorge Giro, (CDU) perguntou da razão da não construção do Pré -Escolar de São Francisco durante o Mandato PS, já que este tinha sido anunciado.

Alínea e)

Neste ponto interveio José Luís Catalão (PS) que fez a leitura de um documento informativo, em relação à eleição para a Assembleia da Grande Área Metropolitana. (Doc.2).

De seguida, Luís Rodrigues (PS), apresentou o relatório referente ao seu mandato como representante da Assembleia Municipal, na Fundação João Gonçalves Júnior, de 18/3/2002 a 2/12/2005 (Doc.3)

Seguiu-se outra intervenção de Luís Rodrigues (PS) intitulado “Vitória consistente e séria”. (Doc.4)

E ainda, uma nova intervenção do mesmo com o título “A Tomada de Posse do Novo Executivo”. (Doc.5).

Ana Maria Pagaimo (PS) fez leitura de pedido de Requerimento, ao Presidente da Assembleia Municipal, de “cópia(s) integral(ais) de todos os documento, acordos, protocolos, e/ou contratos que foram celebrados com a Santa Casa da Misericórdia e, se for caso disso, com o empreiteiro de obra de construção, e que sirvam de base ao terminus do litígio jurídico”. (Doc.6)

Jorge Giro (CDU) informou os presentes da tomada de posse da Direcção da Fundação João Gonçalves Júnior, no dia 2/12/2005. (Doc.7)

Alínea f)

Proposta de “Saudação” do primeiro aniversário da passagem de Samouco a vila, da CDU, apresentada por Raquel Prazeres (CDU), (Doc.8)

Posta à discussão, José Luís Catalão sugeriu que, em vez de dizer “saudar os órgãos autárquicos da Junta de Freguesia” se deve dizer “saudar os órgãos autárquicos da Freguesia do Samouco”

Foi a saudação posta à votação, com a alteração proposta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Foi apresentada por Olívia Silva (CDU) uma “Moção” da CDU sobre as finanças locais e a relação com o aumento da área do Concelho. (Doc.9)

José Luís Catalão (PS) sugeriu que sejam lidas todas as “Moções” e que se interrompessem os trabalhos durante cinco minutos, antes da votação. Toda a Assembleia concordou.

Francisco Pinheiro (CDU) apresentou a “Moção” “Por uma Nova Política” da CDU. (Doc.10)

José Luís Catalão sugeriu a importância de se realizar a Conferência de Representantes dos Grupos Municipais, pois esta permite uma melhor organização dos trabalhos da Assembleia Municipal.

Foram postas à discussão as quatro propostas. Pediu a palavra Jorge Cardoso (PSD) dizendo que a lei das finanças locais é preocupante e, tendo tido conhecimento de que o assunto já foi levado à Assembleia da República, gostaria de saber quais as respostas dadas à autarquia.

Luís Rodrigues (PS) solicitou ao Presidente da Câmara que informasse a Assembleia sobre todo o processo de discussão do assunto supra citado.

Francisco Pinheiro (CDU) sugeriu que nesta Moção se realçasse o facto de esta autarquia estar, mais uma vez, a ser posta de lado por parte do Governo, sendo mesmo espoliada de uma verba significativa e que a população deve ser informada do mesmo. Sugeriu ainda que seja dado conhecimento da “Moção” ao Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro Ministro, aos Grupos Parlamentares, Ministro das Finanças, à Comunicação Social, aos trabalhadores desta autarquia e ao povo de Alcochete.

O Presidente da Câmara pediu a palavra para esclarecer a Assembleia e todos os presentes sobre a não contemplação do alargamento da área do território do Concelho de Alcochete, na Lei do Orçamento do estado para 2006. Informou que Alcochete é um dos poucos Concelhos a ser duplamente penalizados com esta proposta de lei. Foram feitas diligências no sentido de alertar todos os grupos parlamentares e também o Governo (na pessoa do Primeiro Ministro), o Ministro das Finanças, e o Presidente da Assembleia da República. Informou que recebeu cartas do PSD, CDS-PP, Partido Os Verdes e do PCP. Neste momento o Presidente da Câmara só tem conhecimento da posição do PCP, não sabendo, no entanto, da resposta dada pelo Ministro das Finanças. Após todas as diligências, a resposta foi peremptória, não haverá mais dinheiro para Alcochete em 2006.

Foi a Moção posta à votação, tendo sido aprovada com 15 votos a favor (CDU e PSD) e 9 abstenções (PS).

O PS fez uma declaração de voto. “O PS, como é do conhecimento desta Assembleia e do Executivo, trabalhou no último mandato, para que este alargamento se desse, mas não concorda com o texto introdutório, pelo que se abstém.”

Neste ponto pediu a palavra Jorge Cardoso (PSD) para invocar o Artigo 18 – ponto 3, do Regimento da Assembleia que diz que o período de “Antes da Ordem do Dia” só deve ter a duração máxima de 60 minutos, e estes já estavam ultrapassados. Sugeriu que se fizesse uma reflexão sobre o alargamento deste período, se assim a Assembleia o entendesse ou que se avançasse para a “Ordem do Dia”.

O Presidente da Assembleia colocou o assunto à consideração e sugeriu que, após a votação das Moções que se seguiam, se fizesse um intervalo de 10 minutos e prosseguissem os trabalhos.

Foi posta à discussão a proposta de Moção “Por uma Nova Política”. Não havendo intervenções, passou-se à votação.

A proposta de moção foi aprovada com 13 votos a favor da CDU, 9 votos contra do PS e 2 votos contra do PSD.

Mercês Borges, (PSD) fez a seguinte declaração de voto: “O PSD saúda também os trabalhadores. Contudo não se revê, nem no conteúdo, nem na forma em que o texto está redigido porque considera que nos últimos 29 anos a que se refere esta Moção, construiu-se e muito o desenvolvimento, a realização a formação, o conhecimento e o país que somos, num espaço democrático e em democracia”.

Passou-se à discussão da proposta de “Conferência de Grupos Municipais”.

O Presidente da Assembleia congratulou-se com esta lembrança e com a disponibilidade manifestada, para o ajudar.

Foi posta a mesma à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Alínea g)

Esclarecimentos do Presidente da Câmara. O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões que lhe foram apresentadas.

O Presidente da Câmara começou por responder à questão da contratação de uma empresa para a auditoria à Câmara, dizendo que continuam a achar que é indispensável para que se conheça a real situação financeira deste município. Não foi contratada a empresa para a auditoria.

No entanto, afirma que a intenção desta auditoria não se prende com suspeitas havidas em relação a qualquer procedimento durante o anterior executivo, mas porque consideram que, para um conhecimento profundo de uma organização, da sua situação financeira, da vertente económica e dos procedimentos para os actos decisórios, esta é absolutamente indispensável. Reafirma que comunicou ao vereador José Inocêncio que, nunca houve, da sua parte, qualquer suspeita relativamente às situações acima referidas.

O Presidente da Câmara considera que se deve esperar, pois tem de se dar tempo aos serviços para se reorganizarem e se apurarem, sobretudo, os valores financeiros. Estes estão apurados e já foram comunicados em Sessão de Câmara. A dívida a curto prazo cifra-se em dois milhões e quatrocentos mil euros, com tendência para crescer.

O Presidente da Câmara diz que é importante que a verdade seja apurada por uma entidade exterior à Câmara e, por isso, necessária a auditoria. Fez, depois, a apresentação da situação financeira da Câmara desde 2001, concluindo que o investimento realizado não justifica o passivo existente.

De seguida, o Presidente da Câmara respondeu a Olívia Silva (CDU) em relação à questão da Biblioteca. Informou que só haverá participação do Instituto Português do Livro e Bibliotecas se, se cumprir o prazo de conclusão das obras, até Junho de 2006.

Pelo facto de estas se encontrarem embargadas pelo Tribunal do Montijo e, no sentido de se poderem cumprir os prazos estabelecidos, a Câmara dialogou com a Santa Casa da Misericórdia, que desistiu da queixa. No entanto, por ter havido paralisação dos trabalhos, a Câmara terá de pagar uma indemnização à empresa que está a realizar a obra.

Para responder a Jorge Giro o Presidente da Câmara passou a palavra ao vereador da Educação, Paulo Machado, pois este acompanhou a situação mais de perto.

O vereador Paulo Machado refere que, em relação ao Pré - Escolar de São Francisco, no momento da tomada de Posse em Novembro de Dois Mil e Cinco, apenas existia um projecto aprovado, com todos os projectos de especialidade a necessitar de ser revistos, pois apresentavam lacunas graves.

Relativamente ao financiamento por parte do FEDER, nunca houve candidatura para este fim. O vereador e a Presidente da Junta de São Francisco foram informados, em sessão de Câmara, por parte do Vereador José Dias Inocêncio, de que nunca houve inscrito em Orçamento, em receitas de investimento, o valor para a construção deste Pré – Escolar, apesar de ter sido ventilado na Comunicação Social o prazo de conclusão.

Informa, ainda, o Vereador que, o projecto existente não respondia às exigências e necessidades e às limitações que um equipamento destes coloca, havendo, portanto, necessidade de o reformular.

Actualmente, será a Câmara que terá de encontrar formas de financiar este equipamento de primordial urgência. Existe terreno e, a Câmara está já em negociações com a Direcção Regional de Educação de Lisboa, apesar de estar consciente de que não será fácil encontrar uma solução, a curto prazo.

Retomou a palavra o Presidente da Câmara para responder a Luís Rodrigues (PS) sobre as questões apresentadas relativamente à actuação da Câmara em relação ao pessoal.

Informa que o procedimento do Executivo é, desde a sua tomada de posse, o respeito por todos os trabalhadores, independentemente das sua preferência clubística, religiosa ou político - partidária.

As decisões respeitantes à optimização dos serviços cabem ao executivo e que, toda e qualquer acusação a este dirigida, durante os primeiros dois meses de mandato, não é justa, nem muito menos correcta.

O Presidente da Câmara disse ter reunido com os trabalhadores no sentido de os manter informados sobre a situação da Câmara e sobre toda e qualquer medida que possa vir a ter de tomar, apesar de saber que algumas serão impopulares e poderão por em risco a renovação de alguns contratos.

O Presidente da Câmara colocou-se à disposição de todos, para fornecer os dados existentes.

O Presidente da Assembleia, para dar cumprimento ao regimento desta Assembleia, abriu o período de intervenção do público.

Não houve intervenções.

O Presidente da Assembleia propôs sete minutos de intervalo, antes de se entrar no período da “Ordem do Dia”.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICIPIO, BEM COMO DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Foi previamente distribuído aos deputados o documento em apreciação. (Doc.11)

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos deputados.

José Luís Catalão (PS) dirigiu-se ao Presidente da Câmara invocando o Artigo 16º do regimento desta Assembleia. Refere que, para além da informação escrita do Presidente da Câmara, deverão constar, também, as alíneas e), f), e g), deste artigo.

Solicitou que lhe sejam enviados os convites das actividades culturais, para que possa participar.

Francisco Pinheiro (CDU) pediu a palavra para solicitar que se paguem as Quotas da Assembleia Distrital de Setúbal, em dívida desde 2003. O não pagamento destas põe em risco o posto de trabalho dos funcionários desta Assembleia.

O Presidente da Câmara informou que o pagamento das quotas já foi regularizado.

Em relação à sugestão de José Luís Catalão, será cumprido o regimento. No entanto, perguntou se também teria de responder às reclamações apresentadas durante o mandato do PS. Lembrou que é dever da Câmara responder aos munícipes, por isso, terá de responder, mesmo às reclamações anteriormente apresentadas.

PONTO 2 – PROTOCOLOS DE DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA

Este documento foi previamente distribuído a todos os deputados.

O Presidente da Assembleia refere que os mesmos já foram aprovados por todos os órgãos competentes para o efeito, faltando apenas a aprovação da Assembleia Municipal.

Submetidos à discussão não houve pedido de intervenções. Os protocolos de descentralização de competências foram aprovados por unanimidade. (Doc.12)

PONTO 3 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO, (PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO, ACTIVIDADES MAIS RELEVANTES) PARA OS ANOS 2006/2009 E ORÇAMENTO PARA 2006.

Este documento foi previamente distribuído a todos os deputados. (Doc.13)

O Presidente da Assembleia referiu tratar-se do ponto mais importante desta “Ordem do Dia”.

Apresentou a metodologia de trabalho. Deu a palavra, em primeiro lugar, ao Presidente da Câmara e, posteriormente, abriu a discussão aos deputados municipais.

O Presidente da Câmara começou por referir que a primeira preocupação deste executivo foi tentar perceber qual era a percentagem de execução do orçamento em vigor – o de 2005 -, para depois se chegar a uma conclusão.

Tendo em conta os índices de realização e o que se poderia prever nestes instrumentos que, sendo previsionais, serão sustentadores e orientadores para a actividade do Município, durante os primeiros tempos. Estes como previsionais poderão ser objecto das necessárias alterações e eventuais revisões.

O primeiro dado fornecido, prende-se com o grau de concretização no que concerne às receitas e despesas referentes ao orçamento de 2005, percentagem que não foi

agradável de saber, pois em sede de receitas, o Município arrecadou cerca de doze milhões de euros e, em sede de despesas, estima-se que se gastaram cerca de quinze milhões e quinhentos mil euros. Para reequilibrar este orçamento, o executivo decidiu emagrecer os montantes que estão aqui a ser sujeitos a aprovação, para montantes que, sendo mais realistas, tem a noção de que não são ainda tão realistas quanto o desejável. As despesas previstas realizar em 2006, que com toda a segurança se irão realizar, se não houver a adopção de medidas que contenham a realização dessas mesmas despesas, não poderão ser realizáveis em 2006. No que concerne às receitas, existe um problema que teve de ser superado mediante a previsão de alienação de património imobiliário, susceptível de não se verificar, no ano para que está prevista, e que, poderá condicionar este executivo, tal como condicionou o executivo anterior, pois não vendeu os lotes de terreno no Valbom como esperava. Tendo em conta esta situação e tendo em conta a dívida, e os compromissos que transitaram e que são de montante elevado, quer a dívida a curto prazo, quer os compromissos que transitam situar-se-ão por volta dos quatro milhões e quatrocentos mil euros.

Para além disso, existem despesas com o pessoal, que neste orçamento, estão estimadas em cerca de cinco milhões e duzentos mil euros. Deve dizer-se que, as receitas não contemplam todos os ordenados a pagar aos funcionários da Câmara. Isso será repostado com o saldo de gerência na revisão orçamental, que se efectuará em Abril do próximo ano, mas fica-se com uma margem de manobra financeira muito reduzida e que, muito naturalmente, vai colocar dificuldades acrescidas ao funcionamento corrente e quotidiano da Câmara Municipal.

O Presidente da Câmara sugeriu que fosse posto à discussão o Orçamento e que se abrisse o debate.

O Presidente da Assembleia abriu o espaço de discussão pedindo aos deputados que pretendessem intervir que se inscrevessem.

Francisco Pinheiro (CDU) faz um elogio aos trabalhadores e ao papel do STAL e refere que gostaria de ver expresso nas grandes opções do plano a defesa incondicional de todos os trabalhadores. Nos últimos 4 anos apenas reuniram 3 vezes com o executivo da Câmara e, nos últimos 2 meses, já reuniram 2 vezes.

Refere uma série de regalias retiradas aos trabalhadores durante os últimos 4 anos. Sendo esta a Câmara do Distrito de Setúbal, com maior número de contratos a prazo, teme que estes vejam o seu posto de trabalho posto em causa.

Preocupa-se com as ilegalidades no que respeita ao pagamento de horas extraordinárias dos Chefes de Divisão, horas a que não têm direito, e que é uma grande despesa.

Deseja que a população tenha conhecimento do programa da CDU e que se perceba por que razão, este não se pode concretizar.

Susana Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de São Francisco, solicitou o esclarecimento das seguintes questões:

- O que chamam de Centro Escolar de São Francisco, onde vai ser construído, e se vão aproveitar o projecto anterior?
- Como está prevista a cobertura do polidesportivo e não está prevista a remodelação do mesmo, sendo que a cobertura não poderá ser feita sem a remodelação deste?
- A beneficiação de caminhos rurais não está contemplada, houve alguma resposta por parte do Programa AGRIS, em como a candidatura não foi aprovada?

- Em que consiste o projecto arranjo paisagístico da Praça dos Arcos do Convento de São Francisco?

Mercês Borges (PSD) agradeceu a gentileza do Presidente da Câmara em ter apresentado os critérios que presidiram à elaboração do Orçamento. Pediu que lhe fossem esclarecidas as questões:

- Se existem medidas concretas para ultrapassar ou obviar a dívida a curto prazo?
- Em relação às medidas estruturais, pediu informação sobre o que se entende por reestruturação orgânica da Câmara Municipal?
- Em relação ao Plano Municipal de Emergência o Presidente da Câmara falou sobre o financiamento de salário de dois bombeiros, em que rubrica se encontra este custo?
- Gostava de ver consignado, neste orçamento, o no âmbito do princípio da parceria com a Santa Casa da Misericórdia, para que o apoio domiciliário ao fim de semana e aos feriados às pessoas idosas e aos deficientes possa ser ampliado.
- Pediu ainda informação sobre a previsão da receita e da despesa e por que razão as receitas previstas, em anteriores orçamentos, não se verificaram, dado que, como é do conhecimento de todos, o crescimento urbanístico traz novas fontes de recita.

Luís Rodrigues (PS) pede esclarecimento sobre os montantes a utilizar nos arranjos exteriores do Fórum Cultural.

Ana Maria Pagaimo (PS) pede informação sobre o cemitério de Alcochete e São Francisco relativamente à sua localização, dimensão, e respectivos custos. Pede ainda igualmente informação sobre o projecto da Quinta da Caixeira.

Toma a palavra o Presidente da Câmara para responder às questões que lhe foram endereçadas. Como resposta a Mercês Borges, diz que é desejo de todos que a situação actual da autarquia seja conjuntural. Existem possibilidades de resolver a situação financeira difícil com encaixe financeiro que surja com algumas receitas extraordinárias, que de momento não se vislumbram. É intenção do executivo reformular o organograma da Câmara Municipal, por forma, a melhorar a eficiência nos serviços prestados aos cidadãos. No que respeita à colocação de dois bombeiros, já foi feita uma reunião com a Direcção dos bombeiros de Alcochete e com o Comandante Distrital da Protecção Civil, assunto que em breve será possível recorrendo a dois funcionários da Câmara Municipal, que serão destacados para este serviço permanente de emergência. Não se avançou mais, mas continua a ser uma prioridade deste Executivo e do Presidente.

Em relação à Acção Social, a filosofia defendida pelo executivo é a mesma apresentada pela deputada Maria das Mercês. Não se avançou, dado que não foi possível fazer mais.

Em relação à questão de Luís Rodrigues, o jornalista não percepcionou bem os dados apresentados. Foi acrescido ao montante previsto outro para a aquisição do sistema de áudio e luminotécnico necessário para o funcionamento deste, montante apresentado pela Directora do Fórum, Dra. Carla Varela Fernandes. É necessária a construção de um reservatório de água para que o Fórum seja licenciado.

Colocados os documentos à votação, foram aprovados por maioria, com 9 votos contra do PS, 2 abstenções do PSD e 13 votos a favor da CDU.

Fizeram declaração de voto:

Luís Rodrigues do PS

“Estamos perante um orçamento minimalista, que faz, na nossa opinião, Alcochete andar para trás, faz reduzir a expectativa de um crescimento sustentado no nosso Concelho.

Mercês Borges do PSD

“A abstenção do grupo do PSD deve-se ao facto de considerarmos que é o primeiro orçamento apresentado por este executivo e, apesar de não nos revermos nele, vamos dar o benefício da dúvida, esperando que o executivo apresente soluções concretas para sair desta situação.”

O Presidente da Assembleia usou da palavra para expressar o apoio da Mesa da Assembleia ao Executivo da Câmara, deixando uma palavra de incentivo para que, apesar das dificuldades, o trabalho seja positivo favorecendo o concelho e o bem estar da população.

PONTO 4 – REVISÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Presidente da Mesa propôs a criação de um grupo de trabalho eventual para a revisão do Regimento, composto pela Mesa da Assembleia Municipal e por um membro de cada grupo político.

A CDU indicou Joaquim Faria Pereira;

O PSD indicou Jorge Cardoso;

O PS indicou Ana Maria Rodrigues.

Propôs que até à segunda quinzena de Janeiro fossem recebidas as propostas de alteração para que o grupo de trabalho possa reunir para fazer a sua apreciação, a fim de que na sessão ordinária de Fevereiro possa já ser apresentada e discutida uma proposta de revisão ao Regimento.

Submetida a proposta à discussão e votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve intervenções.

PERIODO ANTES DE ENCERRAR A SESSÃO

Usaram da palavra:

António Almeirim, Presidente da Junta de Freguesia de Samouco:

Agradeceu as palavras proferidas em relação à elevação de Samouco a Vila. Salientou o trabalho desenvolvido entre 1976 e 1996 naquela localidade. Salientou a necessidade de se investir num Centro de Saúde, afirmando que o projecto está em curso.

Susana Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de São Francisco:

Manifestou a sua estranheza quando soube do descontentamento da comunidade educativa relativamente ao projecto de construção do Pré-Escolar, pois todas as suas opiniões foram consideradas. No respeitante ao financiamento para este, caso não fosse aproveitado para outra obra, este perder-se-ia.

José Luís Catalão, PS:
Desejou um Feliz Ano 2006 para todos.

Francisco Pinheiro, CDU:
Desejou também um Bom 2006, e que este traga para a população de Alcochete uma melhoria da qualidade de vida.
Solicitou que se informasse a população do que de importante se passa na Assembleia Municipal e que o Executivo visitasse as freguesias do Concelho para melhor se inteirar dos problemas de cada uma.

Jorge Cardoso, PSD:
Deixou os Votos de um Bom 2006, apelando para que se dê mais atenção aos idosos e às famílias carenciadas do Concelho.

Vereador Paulo Machado:
Lamenta a falta de informação por parte do anterior Executivo aos Municípios em relação à utilização da verba destinada à edificação do Pré-Escolar de São Francisco, constando ainda no local um cartaz publicitário, cujos custos não se sabe quem assegurará.

Presidente da Câmara:
Reafirma a intenção levar a cabo Reuniões de Câmara descentralizadas em todas as freguesias do Concelho, aproveitando para ouvir a população e tornar o poder político mais próximo dos municípios.
Aproveitou para desejar a todos um Bom Ano 2006.

Miguel Boieiro, Presidente da Assembleia:
Em defesa da sua honra, reafirma que a sua posição face à deselegância das palavras proferidas por Luís Rodrigues, porque a posição tomada por Miguel Boieiro face aos excessos do público foi precisamente a mesma nas duas tomadas de posse. Nesta última chegou mesmo a invocar a Lei.

Refere ainda a incorrecção no que respeita ao processo de alargamento do Concelho. Nunca se refere que este foi iniciado pelo executivo por si presidido.
Foi lida a minuta da Acta desta Sessão, tendo sido aprovada por unanimidade.

Pelas 0.50 horas, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O 1º SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA

O 2º SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA

